

DISPUTA ELEITORAL E MEMÓRIA: O TIROTEIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS – PB (1935)

Márcio Macêdo Moreira*

20 de agosto de 1935, o pequeno distrito de São José dos Cordeiros, situado na caatinga do Cariri Paraibano, estava em plena campanha eleitoral. São José estava em festa, pois raramente este povoado recebia visitas de pessoas tão ilustres na vida política da região. Os correligionários de Tertuliano de Brito – político e membro de uma família tradicional – tinham realizado um comício em Serra Branca. Ocorria que em Serra Branca – distrito que estava em pleno desenvolvimento econômico devido aos recordes da safra de algodão e ao crescente comércio – a família Brito tinha feito um discurso fervoroso contra a família Gaudêncio, considerado por estes calunioso e humilhante. Os Gaudêncios se sentiram ofendidos e resolveram retaliar em São José dos Cordeiros, local onde discursava o ex-senador José Gaudêncio. No meio do discurso houve um disparo de arma de fogo e um tiroteio teve início. Após a fuga dos Gaudêncios, os Britos atearam fogo nas casas comerciais e no armazém de algodão da família Torreão – aliados e parentes dos Gaudêncios. O armazém de algodão queimou por semanas, e até hoje, a fumaça que subiu aos céus, está cravada na memória da população dos Cariris Velhos.

Mas antes de analisarmos o tiroteio de São José dos Cordeiros será necessário fazermos uma abordagem metodológica e teórica sobre o evento. Por se tratar de uma história local, os desafios metodológicos foram maiores. O tiroteio marcou a cultura histórica e política da Comarca de São João do Cariri que compôs a rivalidade das famílias Brito e Gaudêncio. A narrativa do tiroteio apresentou-se como fonte a partir dos discursos orais produzidos pela população em trabalho monográfico sobre a emancipação política de Serra Branca, cidade do cariri paraibano. Durante o trabalho de pesquisa da dissertação de mestrado sobre a cultura política local (MOREIRA, 2012) o tiroteio teve poucas fontes. Destaca-se a descrição de José Brito (1989)

A maneira mais prática que utilizamos para obter informações de suporte para o local, na formação política das famílias Brito e Gaudêncio foi a partir de entrevistas. Não adianta buscar a identidade social apenas estudando as famílias em si, mas devemos ver a recepção que a população local obteve a partir da atividade política dos Britos e Gaudêncios. Assim, foram entrevistados tanto membros das famílias como a população local.

* Mestre em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba. E-mail: moreirahistory@gmail.com



Nas entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos percebemos a maneira que a população tratava as famílias que detinham o poder. As brigas, as rinhãs, os tiroteios e as festividades nos dias eleitorais estão presentes nos discursos da população. O caráter de nossas entrevistas não se adéqua à “história de vidas”, assim utilizamos a memória apenas como suporte metodológico para outras fontes. É o que se denomina de relatos orais temáticos: o tema das pesquisas, tal como informações adicionais aos documentos, são relevantes durante a narrativa de vida dos entrevistados. Os entrevistados escolhidos se adéquam a dois grupos: membros das famílias e membros da população.

Devido ao caráter da pesquisa, por se tratar de política, buscamos ter o máximo cuidado com as relações sociais. Entrevistar a população carece de uma análise do discurso, pois as paixões políticas são efervescentes: amor e ódio são bem objetivos. A mesma coisa refere-se aos membros das famílias: por se tratar de políticos, eles sempre buscam construir imagens de “salvadores” e classificam a oposição como “o mal social”. Como método para buscar o máximo de veracidade nas entrevistas utilizamos o conselho de Marieta de Moraes Ferreira (1994, p.9):

O ponto central que unifica as preocupações daqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções.

Assim, organizamos questionários de acordo com o entrevistado e com a capacidade memorialística dos mesmos.

Durante as décadas de 1910 a 1960 houve uma briga política que ficou marcada na memória da população dos Cariris Velhos. Tratou-se da acirrada disputa política entre as famílias Brito e Gaudêncio, que a partir da política de parentela conquistaram territórios, cobiçaram o poder e fizeram alianças “honrosas” com a população.

O espaço da disputa era a modesta comarca de São João do Cariri, que administrava dez distritos - Santo André, Gurjão, Parari, São José dos Cordeiros. Serra Branca, Coxixola, Sucuru, Santa Luzia do Cariri, Congo e Caraúbas - dentre os quais se destacavam Itamorotinga (atual Serra Branca) e São José dos Cordeiros. Eram as famílias do poder que demarcavam territórios e criavam identidades: ou se era Brito ou se era Gaudêncio. Muitos municípios do interior ainda experimentam uma cultura política voltada para rivalidades

personalistas, onde o troféu do “campeonato” denominado eleição é nada mais e nada menos do que a partição do bolo, ou seja, de cargos na administração municipal e estadual.

Atualmente, temos no Estado da Paraíba imbricada em nossa cultura política uma estrutura personalista e familiar. Os partidos políticos não obtém voz, em seu lugar estão os “políticos” que pertencem quase sempre a uma família tradicional, que detém seu capital simbólico derivado de um campo social. Como exemplos temos: os Maia de Catolé do Rocha, os Gadelha de Sousa, os Lacerda de São José de Piranhas, os Targino de Araruna, os Cunha Lima/ Rêgo de Campina Grande e os Bezerra/Lucena de Bananeiras. Todos com atuação política em diversos territórios da Paraíba.

O poder familiar na Paraíba guarda resquícios da estrutura política de base familiar fruto do nosso processo de colonização. Em um Estado onde a receita não supre as necessidades básicas da população, o empreguismo aparece como forma de dominação e sobrevivência, trazendo consigo, práticas da velha República.

Para Linda Lewin, (1993, p.9) a República Velha na Paraíba teve como principal característica a organização política a partir do grupo de base familiar, ou seja, a política familiar identificou o nosso sistema “coronelistas”. Para a mesma, após o colapso do patriarcalismo, a parentela não se extinguiu, ela se modificou e predominou na política da Paraíba até a “Revolução” de 1930, com a queda da família Pessoa.

Quando partimos para o estudo de caso dos Cariris Velhos, percebemos que, novamente, a política de grupo de base familiar não se extinguiu, mais uma vez ela se modificou. É o que demonstra a história das famílias Brito e Gaudêncio cuja perpetuação no poder se deu após o Movimento de 1930. As duas famílias tiveram seu auge na política do Estado durante as décadas de 1930 a 1990. Chegaram a eleger senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, além de um interventor e um presidente da Assembleia Legislativa.

“1930”, para uma determinada corrente historiográfica significou o fim do coronelismo e, conseqüentemente, o fim da política de parentela no Brasil. Mas quando observamos a Tabela I, percebemos que nem tudo foi ruptura. Nepotismo, clientelismo, empreguismo, curral eleitoral, “coronelismo” ou “neocoronelismos” são termos ainda presentes no vocabulário político do Estado.

Nosso objetivo é vislumbrar os caminhos de readaptação das bases oligárquicas no Estado da Paraíba, a partir da política de parentela, das brigas entre as famílias e da criação das identidades de São João do Cariri, Serra Branca e São José dos Cordeiros. Neste artigo iremos fazer uma breve exploração teórica e conceitual da política de parentela e do

coronelismo, e como estes são utilizados pelas correntes historiográficas. Inicialmente tratamos do campo da História das Famílias e, conseqüentemente, de tudo que elas acarretam: construção de territórios, imaginário social, sistema político, economia política, cultura política e patrimonialismo. Enfim, um universo conceitual que coloca as famílias do poder como objeto historiográfico.

Assim, perceberemos que a cultura política familiar, presente no Brasil e com maior representação na Paraíba, está vinculada a uma longa duração de nosso tempo histórico. As compreensões dos vícios e das virtudes desta política devem contribuir para uma maior consciência política da população. Faz-nos refletir sobre atuação de filhos, genros, irmãos e cunhados que fazem da família mecanismo para se obter uma fonte de renda, o que transforma a política num negócio lucrativo e familiar. A cultura política na Paraíba está ligada aos grupos de base familiar. São João do Cariri e Serra Branca são exemplos destas identidades. Praças, escolas, ruas, prefeituras, bustos e monumentos levam ao imaginário social a permanência da identidade com os vultos. Fator que prejudica a participação política da população e ajuda a perpetuar o poder das famílias.

Trabalhamos família como organização social fruto de uma historicidade que nos revela tradições e contradições, mudanças e permanências. Assim, a família como sujeito histórico enriquece o trabalho dos historiadores que se preocupam com estratégias políticas e redes sociais (SCOTT, 2009, p. 15). Trata-se no momento, de um estudo de famílias da elite que construíram relações sociais com a população em suas diversas camadas. O modelo familiar antigo colocava a família como primeira instituição social, pois esta precedia à cidade e, conseqüentemente, ao Estado. Este modelo de longa duração chegou ao Brasil a partir da colonização portuguesa. Sua principal característica eram os elos de parentela.

Entre 1930 e 1937 houve apenas uma eleição municipal realizada no dia 09 de setembro de 1935. Em São João do Cariri foi a oportunidade de enfrentamento entre as duas oligarquias locais. Foi uma eleição atípica a cultura política vigente, já que a escolha da oposição e da situação era determinada pelo chefe estadual. Desta vez, as eleições foram “livres”. Este fato oportuno contribuiu para a liberdade de disputa entre as duas famílias. A família Gaudêncio oficializou como candidato a prefeito o Padre Apolônio Gaudêncio (PRL) e a família Brito, por sua vez também apoiou um membro da família, Ignacio Francisco de Brito (PP) (AIRES, 2000, p.63).

A eleição de 1935 marca para a população do Cariri, a origem da briga entre as duas famílias, devido aos atos violentos praticados durante a campanha. Mas como observamos, a

disputa começou em 1915, sendo 1935 o início de constantes tiroteios em períodos eleitorais. O primeiro deste ocorreu no dia 20 de agosto de 1935, no distrito de São José dos Cordeiros.

Naquele momento, a produção de algodão era considerável no distrito. O principal armazém pertencia a Antero Torreão, dono de terras na região e que comprou os armazéns e a fazenda de Joaquim Gaudêncio em Serra Branca. Ocorreu que a própria família Torreão, com elos de parentesco com a família Gaudêncio, não gostava da presença dos Britosem São José dos Cordeiros.

Sobre o tiroteio de São José dos Cordeiros foram utilizados depoimentos de Ana Célia Torreão Medeiros, filha de Oscar Torreão, Paulo Torreão, filho de Genival Torreão, José Tavares, amigo da família Brito e depoimento escrito de José de Farias Brito.

Em plena campanha eleitoral, no dia do tiroteio, as caravanas das duas famílias se encontraram em Cordeiros. Os Gaudêncios prepararam uma festa juntamente com uma homenagem a José Gaudêncio, que retornara de Portugal após exílio fruto do Movimento de 1930. Estavam presentes na festa Álvaro Gaudêncio, Ascendino Gaudêncio, Joaquim Gaudêncio e o padre Apolônio Gaudêncio, que aproveitou da oportunidade para realizar uma missa de batismo. A festa foi realizada na frente da residência de Antero Torreão. Estavam presentes no evento seus filhos, Lourival Torreão, Durval Torreão, Oscar Torreão e Genival Torreão. Como representante de Parari estava Severino Alves Caluête, vulgo “Paizinho” Caluête. No momento, eles improvisaram uma plataforma em frente a casa para um discurso de José Gaudêncio.

No mesmo dia, Tertuliano de Brito visitou São José dos Cordeiros, na residência de Nestor de Andrade Lima, no final da rua que residia Antero Torreão. Tertuliano de Brito esperava fazer um comício no distrito ao lado de Líbio de Farias Castro, Ignácio Francisco de Brito e o professor Pascoal Trocoli. Assim, teve um choque das caravanas em plena campanha.

O encontro das famílias rivais em Cordeiros serviu para “acerto de contas” de ambos os lados. Durante a campanha municipal, Durval e Oscar Torreão tinham discutido com Líbio de Farias Castro marcando para o próximo encontro o acerto. Já Tertuliano de Brito, em comício em Serra Branca, usou “desaforos” em seu discurso contra a família Gaudêncio, o que era comum na campanha política, difamar o adversário. Ascendino Gaudêncio, o “valentão” da família, ficou de tirar satisfação dos desaforos de Tertuliano, também marcando o acerto para o próximo encontro: fato culminado em São José dos Cordeiros.

Durante o discurso de José Gaudêncio, no meio da população, houve gritos de protesto e humilhação contra o orador. Oscar Torreão subiu no palanque para observar quem

estava protestando e visualizou Lívio de Farias Castro que de imediato atirou em Oscar, promessa que fizera ao se realizar o encontro entre ambos. O tiro acertou o Paizinho Caluête, que ficou gravemente ferido e não conseguiu sobreviver. Assim, Oscar Torreão, após o susto, correu em perseguição ao Lívio, ao encontrá-lo, segurou-o por trás e apertou o pescoço com os braços. Lívio olhou para trás “com as lágrimas caindo” e disse: “Mata bandido, mas você está matando um homem”, e assim, Oscar o estrangulou. Com Lívio desfalecido no chão, o vaqueiro de Antero Torreão, chamado Cícero Figueiredo, pegou uma pedra de grande proporção e arremessou contra a cabeça do abatido a esmagando.

Assim, a população correu para dentro de suas casas. Na Igreja, onde ocorria o batizado, a população correu desesperada, trocando até as crianças. Os Gaudêncios e os Torreões se refugiaram na casa de Antero Torreão, lugar de onde dispararam contra os Britos. Após um breve intervalo do tiroteio, o professor Pascoal Trocolli, natural da capital paraibana e diretor do Grupo Escolar 24 de Janeiro em São João do Cariri, saiu a rua em grito de protesto contra a morte de Lívio: “Bando de bandido, mataram Lívio, agora atirem aqui, se tiverem coragem, atirem aqui”. No calor do momento, Ascendino Gaudêncio se deslocou da casa de Antero Torreão para a rua e respondeu ao professor: “Saia deste meio que o senhor é um forasteiro, você nem é Brito, nem é Gaudêncio, nem é daqui desta terra”. Como resposta Pascoal disse: “atire aqui bandido!”. Da longa distância das duas casas, Ascendino Gaudêncio apoiou o joelho no chão e disparou ceifando a vida do professor.

Vale salientar que a polícia – por ser uma instituição do Estado – defendia os interesses da situação, ou seja, de Argemiro de Figueiredo. A polícia estava sob o comando dos Britos, pois estes ainda eram situação no governo de Argemiro Figueiredo. Assim, com a chegada da força policial de São João do Cariri, os Gaudêncios seriam presos. Com a proximidade da chegada da polícia, foi organizada a fuga, apenas dos homens. Por trás da casa de Antero Torreão eles fizeram um buraco na parede que serviu como passagem para a casa vizinha que pertencia ao pedreiro Batista Cordeiro, amigo dos Torreões. Como este não possuía cavalos e nem carros, os Gaudêncios e os Torreões visualizaram cavalos na casa vizinha que pertencia a Domingos Chagas Brito, um novo rombo na parede foi feito. Assustado, Chagas Brito nada fez, assim eles subiram nos cavalos desesperadamente e fugiram para o sítio Riacho do Carneiro, próximo a Taperoá. Na fuga, o jovem Genival Torreão foi jogado de costa no cavalo, tamanha foi a pressa. As mulheres foram levadas para a fazenda Bonfim onde ficaram refugiadas.

Após a fuga da família Gaudêncio-Torreão, os correligionários dos Britos atearam fogo no armazém de algodão que ficava vizinho a casa de Antero Torreão. Segundo Aires

(2000, p.65), “de Parari avistava-se o fogo em São José dos Cordeiros” que perdurou por três dias.

Fotografia 9: Residência (a direita) e Armazém de Antero Torreão.



Fonte: Arquivo pessoal

O único Gaudêncio que não fugiu foi o padre Apolônio, que com a chegada das forças policiais foi preso. Mas graças ao apoio da esposa de um soldado conseguiu escapar, depois de passar o dia recebendo ofensas dos Britos.

Assim, os Gaudêncios - Torreões passaram uma semana na fazenda Riacho do Carneiro. O vaqueiro Cícero Figueiredo ficou encarregado de levar armas e alimentos da fazenda Areias para o Riacho do Carneiro. Após se passar uma semana, eles foram para o município de Itapetim em Pernambuco até serem chamados e presos em São João do Cariri, onde esperaram julgamento.

O Jornal *A União* publicou notícias do tiroteio no dia 21, um dia após o evento. O jornal não citou os nomes das famílias, mas descreveu o episódio (A UNIÃO, 21 de ago, 1935, p.1.):

O facto ocorreu entre os elementos das facções políticas, **ambas do partido dominante**, ali seindidas em forte desaccôrdo. Segundo os despachos, morreram na lucta Libio de Farias Castro e professor Paschoal Troccoli, estando feridos Boaventura Brás e Themistocles Britto.

A primeira medida do governo foi enviar forças policiais de Campina Grande e de Alagoa de Monteiro para São João do Cariri e um destacamento policial que passava por Taperoá para São José dos Cordeiros. Além deste reforço, foi enviado um caminhão com 12

praças para São João do Cariri com o objetivo de manter a paz na região até a realização das eleições.

Após o tiroteio, o governador Argemiro de Figueiredo buscou provar para a sociedade a partir das páginas do Jornal *A União* que os fatos ocorridos em Cordeiro seriam investigados e julgados: “O Gôverno tem o maior interesse em esclarecer os factos criminosos de São João do Cariry em que estão envolvidos figuras qualificadas naquele município”(A UNIÃO, 28 de ago, 1935, p.1.).

Fez pedido ao poder judiciário para que mudasse o Juiz do município simultaneamente que substituiu os chefes de polícia na sede da Comarca e nos distritos. Como ficou destacado na citação acima, tanto Britos quanto Gaudêncios eram aliados de Argemiro de Figueiredo, fruto da política do governador de buscar apaziguar as oligarquias. Ocorreu que naquele momento, os Britos tinham a prefeitura em suas mãos, fato que desprivilegiava a família Gaudêncio. A dificuldade de apaziguar as oligarquias rivais foi um dos motivos da queda de Argemiro da interventoria em 1940.

O tiroteio de São José dos Cordeiros foi uma anormalidade referente à política nacional visada no aumento do domínio do Estado: “tiroteio” era tido como coisa da República Velha, época de “coronéis” e cangaceiros. Vários fatores contribuíram para o continuísmo da violência privado: o efetivo policial, além de fraco, era manipulado pelos partidos de situação e os “coronéis” continuaram monopolizando a violência tal como demonstra o caso descrito acima. Não somente na Comarca de São João do Cariri, isto ocorreu em outros municípios como demonstra Gurjão (1994, p.178):

O esquema coronelístico-oligárquico realimentava-se repercutindo sobremaneira na política dos municípios. As desavenças inter-oligárquicas nos municípios repercutiam, por sua vez, na Assembléia Legislativa. Durante a curta legislatura de 1935-1937 os debates prolongaram-se a partir de eventos ocorridos em diversos municípios envolvendo perseguições políticas, falta de liberdade nas eleições, fatos policiais, enfim, questiúnculas típicas de uma estrutura de poder centrada nas disputas oligárquicas.

Como cultura política - conceito relativo a costumes de longa duração – o tiroteio de São José dos Cordeiros representa a forças do “coronelismo” que continuaram pós-1930, com destaque para a macheza característica das lideranças familiares e para a própria união familiar. Além disto, a história do tiroteio é passada de geração a geração como conto popular e marca ainda hoje a identidade de São José dos Cordeiros. Os Britos e os Gaudêncios utilizam o episódio como acusação da maldade do adversário.

O resultado das eleições municipais de 1935 em São João do Cariri foi a vitória de Ignácio Francisco de Brito. Em todo o Estado, a máquina estatal contribuiu para o resultado positivo do Partido Progressista. O partido de Argemiro Figueiredo perdeu apenas na capital, em Umbuzeiro, Patos e Itabaiana. (SANTANA, 1999, p.223).

De 1935 a 1937, Argemiro de Figueiredo efetivou os prefeitos vitoriosos das eleições municipais de 1935. A família Brito permaneceu na chefia da Comarca até 1938, pois como Tertuliano de Brito e Gratuliano Brito – deputado estadual e federal - compunham o americanismo, foram substituídos pelos Gaudêncios, já que Argemiro de Figueiredo, como homem de confiança do Estado Novo, substituiu as oligarquias em vários municípios. Fato que concretizou o retorno da família Gaudêncio ao poder em São João do Cariri (CARNEIRO, 2011, p.32-33).

O ano de 1937 marcou o fim da carreira política de Gratuliano Brito que passou a residir no Rio de Janeiro onde foi, por vários anos, editor de uma revista. Tertuliano de Brito retornou da capital João Pessoa para São João do Cariri onde dirigiu o Cartório da família. Enquanto, seu primo, Eduardo Costa Brito continuou no cargo de prefeito.

A família Gaudêncio retornou ao poder no ano de 1939, caso particular que exemplifica o renascer da política oligárquica pós-1930. Argemiro de Figueiredo buscou realizar uma política de conciliação com as oligarquias. Além dos Gaudêncios, outras famílias tiveram presença na aglutinação de chefes municipais lideradas pelo interventor tal como os Cunha Lima, os Bezerra Cavalcante, os Nóbrega e os Ribeiro Coutinho (GURJÃO, 1994, p.187).

Referencias Bibliográficas

AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas a Parari: três séculos de história.** João Pessoa: Persona, 2000.

BRITO, José de Farias. **Pedaços da História de São João do Cariri.** São João do Cariri: 1989.

CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral, verba, verbo e populismo: a história do voto na Parahyba (da Revolução de 30 a 1965).** João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventario das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.



LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Uma história da emancipação política de Serra Branca**. 2009. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba.

SANTANA, Martha M^o Falcão de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal** – Paraíba: 1930-1940. João Pessoa: Editora UFPB, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões e Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n.51, p.13-29, jul/dez. 2009.